

UMA ESCOLA MUNICIPAL CARIOCA EM BUSCA DA INCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DO PEI NA FORMAÇÃO DE ALUNOS LEITORES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

Daniele Mattos do Nascimento Alberich¹

RESUMO

Este artigo propõe, por meio de análise de dados e estudo de caso, realizar uma reflexão sobre o letramento dos alunos com necessidades educacionais específicas, dos Anos finais do Ensino Fundamental, e o acesso à educação literária. O docente que ministra a sua disciplina de Língua Portuguesa, ao se deparar com casos específicos em uma sala de aula numerosa e diversa, sente falta de um inventário inicial de habilidades para acompanhar o aluno. Espera-se que este aluno, quando chega na escola, tenha o reconhecimento do professor, através de um Plano Individualizado de Transição. Levando em consideração as especificidades de cada indivíduo e a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI), a análise e observação da alfabetização e letramento dos alunos com deficiência deve ser feita em conjunto entre o professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE da Sala de Recursos Multifuncionais- SRM, os professores regentes das disciplinas curriculares e todos os que atuam pedagogicamente com o aluno na escola. A participação de todos os envolvidos é fundamental neste processo para elaboração do inventário de habilidades e interesses desse alunado a fim de que sejam garantidos os direitos essenciais de acesso à educação. Tendo em vista a importância do letramento em uma sociedade grafocêntrica, que gera uma modalidade de exclusão para os não alfabetizados e/ou não letrados, este trabalho se propõe a realizar um estudo de caso dentro de uma escola municipal do Rio sobre a elaboração do PEI para alunos de uma das séries finais do Ensino Fundamental, na turma de Língua

1 Mestranda do Curso de Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense - UFF, dalberich@id.uff.br;

Portuguesa. Pretende-se contribuir, assim, para a formação de leitores através de recursos específicos, de acordo com as necessidades educacionais específicas. Uma das principais referências teóricas deste artigo são Cristina Mascaro, Anne Redig, Antônio Cândido e Jane Paiva.

Palavras-chave: AEE, leitor, PEI, alfa-letramento, inclusão.

INTRODUÇÃO

A universalização do acesso à educação no Brasil passa por enfrentamentos para garantir a permanência do estudante com necessidades educacionais especiais, tendo em vista que mesmo fragilizadas por atravessamentos e mudanças da vida, as famílias desses estudantes constroem bravamente uma trajetória de amplificação da voz dos sujeitos, que por vezes não verbalizados, tem por meio de seus familiares, a ecoação dos seus direitos.

Para que aconteça um caminho formativo sem exclusão, ainda se faz necessária construção de um olhar para a diversidade existente na sala de aula. Considerando que sejam garantidos os direitos dos estudantes para que tenham acesso a todos os níveis de aprendizado, quebrando barreiras que impeçam a construção de uma educação para todos. Desse modo, a Lei Brasileira de Inclusão destaca:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Nesse contexto de avanços e aprimoramentos no processo educacional inclusivo, o Decreto nº 7611 (Brasil, 2011), garante o Atendimento Educacional Especializado como um serviço integrado à proposta pedagógica, englobando a participação da família e do estudante, particularizando as necessidades específicas de cada discente, público-alvo. Além disso, atribui importantes objetivos para o AEE:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Considerando esse cenário, o AEE elabora adequações pedagógicas e diversificação de atividades para garantir as necessidades educacionais específicas e a construção do Plano Educacional Especializado (PEI), nesse sentido, um importante eixo do sistema educacional do estudante com necessidades educacionais específicas, pois a partir dele podemos observar os caminhos percorridos, os replanejamentos das rotas e a elaboração de percursos para o futuro, levando em consideração que “o PEI não pode ser confundido com um documento, no qual se registram informações sobre o aluno, e sim como trabalho sistemático da escola para atender as especificidades do alunado”(MASCARO & REDIG, 2024, p.4).

A partir desse pressuposto, é construída a interlocução entre todos os profissionais que acompanham o percurso do estudante, ampliando o trabalho colaborativo e articulando estratégias para a garantia da acessibilidade. Tendo em vista a existência de turmas de Classes Especiais em algumas redes de ensino, existem ainda discursos excludentes e dicotomias com relação à presença do estudante com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular, pois o viés inclusivo se confunde quando existem outras possibilidades dentro do mesmo sistema educacional e até mesmo no chão da mesma unidade escolar.

Por sua vez, a inclusão educacional faz parte da construção de uma sociedade inclusiva, com a garantia de matrícula e permanência em uma escola pensada para todos, com o olhar voltado para a heterogeneidade presente na diversidade, refletindo e proporcionando condições equânimes no percurso de aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases Educacionais nº 9394/96 assegura o sistema de ensino para os educandos com necessidades especiais:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Similarmente, diante de um público diverso, a escola tem o papel de oportunizar a aprendizagem e o desenvolvimento dos seus estudantes com práticas pedagógicas adequadas. Quanto mais a sociedade se informa sobre os direitos dos alunos com deficiência, maior é a urgência pela inclusão no ambiente escolar. A perspectiva da inclusão prevê que as ações pedagógicas devem estar centradas no compromisso do desenvolvimento global do educando: reconhecendo suas especificidades, promovendo o enaltecimento das potencialidades e combatendo as barreiras do imaginário capacitista que construiu uma visão de ineficiência e incapacidade.

Tendo em vista a importância do letramento em uma sociedade grafocêntrica, que gera uma modalidade de exclusão para os não alfabetizados e/ou não letrados, a prática respeitosa à idiosincrasia do educando torna-se crucial para customizar o planejamento dialogando com as vivências e papel social do discente. Nessa perspectiva, educadores como Paulo Freire são muito estudados mundialmente pelas ideias voltadas para a necessidade do aluno, um educador inclusivo e preocupado com a realidade do indivíduo. Em seus estudos Leal & Nascimento (2019), refletem sobre a proposta para alfabetização, de Paulo Freire, através de palavras geradoras que englobam a leitura de mundo do estudante :

Palavras ou temas geradores, na concepção do educador, são aqueles que estão relacionados às inquietações da comunidade onde estão inseridos. Para percebermos essas palavras ou temas geradores é necessário que façamos a leitura do mundo antes de fazermos a leitura da palavra. Não são as palavras que determinam o mundo, mas o mundo que determina as palavras, e esses dois universos precisam se tornar uma unidade, constituindo-se, assim, a “palavramundo”. É a partir da amplitude dessa palavra, que engloba a nossa autoleitura, a leitura do mundo que nos cerca e da palavra escrita, que as pessoas pronunciam o mundo. Se a alfabetização não ocorrer nessa perspectiva, teremos apenas a reprodução da “palavraescola”. (LEAL & NASCIMENTO, 2019, p.5)

De maneira análoga, a relevância do ato de ler, é ressaltada nos índices analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a taxa de analfabetismo, na pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é feita uma avaliação diante do conceito existente de alfabetização, “saber ler e escrever”, logo o indivíduo que está fora da faixa etária instituída pelo sistema para a compreensão dessas habilidades, se encontra dentro do percentual do tópico de analfabetismo.

Analisando as lacunas encontradas pelos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental que recebem Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais, nos deparamos com uma amostra de 56 % dos estudantes atendidos não alfabetizados, dentro desse percentual 78% são pessoas de 15 anos ou mais que estão matriculadas na escola e ao observarmos a interseccionalidade de cada caso, é possível analisar que diante da matrícula dentro do público -alvo da Educação Especial, dentro da Classificação Internacional de Doenças (CID) declarado, pode acarretar atraso cognitivo de acordo com o Transtorno de cada indivíduo. Desse modo, abarcando o olhar biopsicosocial e repensando as práticas predominantes é possível construir estratégias que possam ressignificar e personalizar os processos de acordo com cada situação apresentada.

Sob tal ótica, os educadores não apenas fornecem informações, mas também facilitam a aprendizagem, criando um ambiente onde possa haver reflexão, criatividade e inovação. Os professores atuam como auxiliadores e mediadores, fazendo com que o pensamento crítico possa ocorrer de maneira natural e singular por cada indivíduo. Nessa perspectiva, o professor é o mediador que obtém o conteúdo e norteia a participação dos alunos, pois sua experiência histórico-cultural é capaz de fazer com que a aula se torne um ambiente transformador que agrega conhecimento e valores. Nesse sentido, Paulo Freire elucidava no final da década de 80 a necessidade de repensar o conceito de alfabetizar:

Inicialmente me parece interessante reafirmar que sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador. Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizandos. Pelo contrário, enquanto ato de

conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. (FREIRE, 1989, p.13)

O aluno colaborador do seu percurso educativo é conduzido pelas propostas elaboradas pelo professor e em um processo de interação é possível criar um ambiente de desenvolvimento e aprendizagem. A instituição tem um forte papel social, pois forma o cidadão na área científica, somando conhecimentos, experiências e interações. As oportunidades de aprendizagem que se criam proporcionam experiências no campo das identidades e relações na aprendizagem das linguagens e significados. Pensando no contexto inclusivo dentro da educação contemporânea e diante de uma turma diversa é primordial que o professor planeje as aulas pensando em cada particularidade existente, individualizando os processos e protagonizando o alunado. Com os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem, com acessibilidade nas avaliações e com planejamentos educacionais individualizados, preenchendo e revisitando o inventário de habilidades de cada um, observando as lacunas e traçando estratégias inclusivas de ensino.

O conceito de acessibilidade está relacionado com a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, físicas, de comunicação e informação. Nesse sentido, a acessibilidade educacional não se limita em dar acesso em uma concepção, mas promover adequações que fomentem o envolvimento ativo das pessoas com deficiência na sociedade.

Com a promulgação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida que implementa ações que garantem os direitos à educação e ao AEE aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Vale ressaltar a expressão “ao longo da vida” presente no título do decreto que sublinha a importância do acesso independente da faixa etária.

Além disso, os princípios da política educacional equitativa, inclusiva e com aprendizagem ao longo da vida são destacadas trazendo para o centro do percurso de aprendizagem, o aluno, que não é mais coadjuvante do processo e sim o ator principal:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

III - política educacional equitativa - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do educando na sociedade;

IV - política educacional inclusiva - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo;

V - política de educação com aprendizado ao longo da vida - conjunto de medidas planejadas e implementadas para garantir oportunidades de desenvolvimento e aprendizado ao longo da existência do educando, com a percepção de que a educação não acontece apenas no âmbito escolar, e de que o aprendizado pode ocorrer em outros momentos e contextos, formais ou informais, planejados ou casuais, em um processo ininterrupto;

Assim sendo, o espaço social que o estudante ocupa, a leitura de mundo e os conceitos intrínsecos formam o letramento que ao longo da vida amplia suas vivências e repertório. Mesmo que nunca tenha sido apresentado à cartilha ou expressado de maneira convencional a escrita das letras e sílabas que compõem as palavras, o discente é formado por suas experiências, sonhos, contos, piadas, histórias, cantigas, fábulas e imagens que formam a “palavramundo”.

Logo, ao construir o PEI do aluno compreende-se que aprender não se limita às técnicas de memorização e repetição em uma folha em branco, pois o estudante é dotado de ideias, histórias, aptidões, talentos e vocações. Quando a visão de “criação do conhecimento” é superada, possibilita criar um ambiente interativo, com pontes de descobertas e mediação. A conquista da autonomia é gerada agregando características de autodeterminação, desenvolvendo habilidades de tomada de decisões e iniciativas. O PEI viabiliza estratégias e metas diante das necessidades dos estudantes. Para que o suporte seja adequado é necessário que este documento conte com informações sobre o aluno, com o

histórico acadêmico, informações sobre a área da saúde e entrevista com a família. A partir da observação das necessidades do estudante os objetivos, metas e avaliações são elaborados para a revisitação periódica fazendo parte de todo o percurso escolar do discente.

Nesse formato, o discente consegue integrar o conhecimento abordado com o conhecimento adquirido de sua experiência pessoal. Nesse movimento de aprendizagem mútua conclui-se que os educadores e educandos são co-constructores do processo de aprendizagem. Respeitando as diferenças, o educador visualiza a deficiência como algo secundário e não rotula o estudante com estereótipos, pois a diferença nunca irá desaparecer, mas a vivência dentro das práticas da educação intercultural faz com que as mediações sejam voltadas para a individualidade de cada aluno com necessidades educativas especiais.

Na sequência, a resposta educativa do estudante é uma responsabilidade de todos os agentes pedagógicos (ROSS, 2006). Quando analisamos o termo resposta educativa, temos um meio de avaliação do percurso formativo, pois o processo necessita ser constantemente revisitado, adotando novos recursos para o processo de aprendizagem, garantindo assim à acessibilidade adequada. Então, os critérios de avaliação podem variar de acordo com o contexto social, político e econômico. Para os alunos com necessidades educacionais especiais observa-se que os processos avaliativos ainda não foram norteados, pois os critérios de avaliação precisam passar por uma transformação radical (ESTEF, 2018), assim como as práticas pedagógicas. Essa transformação deve gerar novas concepções, metodologias colaborativas e um olhar voltado para as características diferenciadas dos alunos.

Diante do exposto, a participação do estudante é a chave para o engajamento no processo e para a garantia ao acesso à literatura e formação de leitores é crucial respeitar o contexto que o discente está inserido, suas peculiaridades e preferências. A literatura está presente no cotidiano singelo e no texto de CANDIDO (2012, p.18), ele descreve:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chama-mos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. CANDIDO (2012, p.18)

Em síntese, podemos concluir que ao mergulhar no universo habitado pelo alunado é possível ler seu cotidiano para que o mesmo desenvolva a habilidade de alfastrar o conhecimento que já é parte do seu repertório de vida. Dessa maneira a formação de leituras se torna dialógica e colaborativa, com mais êxito nos resultados e desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

METODOLOGIA

A pesquisa teve como percurso metodológico uma abordagem qualitativa explorando e investigando o objeto de estudo, além de uma pesquisa bibliográfica com base nas publicações voltadas para o tema, também foi feita uma pesquisa de campo onde a investigação tem contato com o objeto de estudo.

O estudo analisou a prática pedagógica diante de um público-alvo da Educação Especial, matriculado em turmas regulares e não alfabetizados, nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Observou-se a construção do ensino colaborativo onde a professora teve acesso às habilidades correspondentes ao currículo da disciplina de Língua Portuguesa. Tendo em vista a necessidade de explorar a literatura com o alunado em questão, a docente aplicou os princípios do Desenho Universal para aprendizagem no intuito de promover maior interesse e engajamento dos estudantes.

Nessa prática, os estilos de aprendizagem e o Desenho Universal de Aprendizagem - DUA requer o olhar contínuo no cotidiano escolar é um fator importante para o processo de construção do aprendizado, com o levantamento feito no Plano Educacional Individualizado é possível antever o espectro de necessidades, gerando um elenco de estratégias e recursos que fomente o acesso à garantia do aprendizado, pensando universalmente no estudante: nas múltiplas modalidades de apresentação da informação, nas múltiplas modalidades de ação e expressão, analisando a resposta educativa do aluno e propondo múltiplas modalidades de engajamento e envolvimento.

A professora AEE propôs um questionário sobre as preferências do aluno: filmes, música, novela, série e história. Foi utilizada a tecnologia assistiva do microfone do editor de texto para registro das respostas, assim os discentes se sentiam confortáveis pela modalidade de expressão. Após coleta das respostas foi possível particularizar o processo de cada estudante, respeitando a literatura presente em cada percurso. Além das atividades diversificadas planejadas para o aluno, havia um karaokê proposto com as músicas respondidas no questionário.

nário como preferência do repertório de cada um, a partir das músicas foram surgindo palavras geradoras escritas em letra bastão. Aparentemente, trata-se de uma atividade simples, mas ela permitiu ao aluno um olhar sobre a letra da canção, a interpretação e reflexão.

Dessa maneira, o aluno teve a oportunidade de expressar-se e sentir-se engajado, com a possibilidade de apresentar suas reflexões e leitura de mundo. Ao final da pesquisa, os alunos tinham mais participação e autonomia no acesso à literatura, mesmo que não fossem contos eruditos, conseguiam diferenciar os gêneros textuais, interpretar criações poéticas e ampliar o vocabulário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Candido (2012), a literatura é uma necessidade universal pertencente à personalidade, dando forma aos sentimentos e à visão do mundo, libertando do caos e humanizando. Logo, não podemos negar o acesso à literatura que está diretamente ligada à humanização do sujeito que por muitas vezes tem esse direito negado pela rotulação da falta de alfabetização e assim não enxergam esse indivíduo como leitor. Dessa maneira, eles ficam à margem e excluídos do mundo literário.

Nessa lógica, Soares (2004) explica que o processo de letramento e alfabetização caminham juntos e um não pode excluir o outro. Quando os textos apresentados aos estudantes faziam parte do cotidiano de cada um, facilitava o processo melhorando a aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico dentro do contexto de letramento, logo a participação nas atividades de leitura e de escrita, desenvolveu habilidades nas práticas sociais.

Considerando a ideia de Ross (2016) de que o sujeito é educável, os progressos dependeram de fatores internos e externos, sem a rotulação da deficiência como estigma irreversível, mas como ponto de partida para mediações organizadas, melhorando as possibilidades do indivíduo. A acessibilidade é construída coletivamente pela comunidade escolar que elimina barreiras e inclui os alunos com necessidades específicas de aprendizagem, estimulando uma interação positiva. Nas práticas inclusivas o professor tem um olhar individualizado para cada aluno, confia nas suas capacidades de aprendizado e identifica as possibilidades, fazendo um levantamento das potencialidades, interesses e habilidades que precisam ser desenvolvidas. Assim a pedagogia inclusiva é interativa e está fundada nas necessidades reais das pessoas.

O estudo realizado vai de encontro aos apontamentos de Glat, Machado e Braun (2006), que explicam que não basta apenas garantir a matrícula do estudante com necessidades educacionais específicas em uma turma regular para “socializar”, se faz necessário proporcionar a permanência na escola garantindo um aproveitamento acadêmico com práticas equânimes para a eliminação de barreiras ao ensino e à aprendizagem.

De acordo com Melo (2011), com esses princípios inclusivos na educação, é possível praticar o conceito de acessibilidade, pois a escola precisa ser pensada para todos. Mascaro e Redig (2021), definem acessibilidade pedagógica como a criação de oportunidades de acesso à construção de conhecimentos no ambiente escolar, no público diverso. Enfim, com a análise dos resultados obtidos fica nítida a importância de ações pedagógicas baseadas em práticas equânimes para alcançar a garantia e acessibilidade à literatura, proporcionando a formação de leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, os dados da produções dos alunos mostraram que a metodologia baseada nos princípios do DUA favorecem a inclusão, pois respeita as singularidades dos alunos, com ou sem deficiência. Assim fica claro com a pesquisa importância entre o professor especializado e o professor da sala de aula regular para promover uma inclusão eficaz oferecendo oportunidades de troca de conhecimentos e fortalecimento da comunidade escolar. Além disso, é crucial a formação sobre o ensino colaborativo para os estudantes de pedagogia e para os que já atuam na área para promover uma aprendizagem mais equitativa.

A partir do conhecimento, planificação e intervenção foi possível fazer uma avaliação interativa, pois foi apresentado de múltiplas formas o conhecimento de acordo com a necessidade educativa da estudante, assim como a processualidade avaliativa. Esse trabalho foi colaborativo, o que possibilitou um bom planejamento e registros da professora da turma regular juntamente com o Professor AEE, trabalhando assim a interdisciplinaridade. A estudante protagonizou o processo educativo, o que gerou engajamento e estímulo. Em outras palavras, a importância da personificação do processo potencializa a condução de práticas inclusivas, que são reais no chão da escola e não só apenas na utopia educacional, pois os alunos necessitam de um olhar individualizado para que o processo de aprendizagem seja potente. Ao inserirmos atividades voltadas para

o interesse da discente foi perceptível o engajamento e participação ativa, pois ela se sentiu parte de seu processo educativo. Assim, conseguimos particularizar o percurso e promover o desenvolvimento da habilidade .

O objetivo traçado foi alcançado, as estratégias de ensino colaboraram para o processo de formação de leitores com acessibilidade e autonomia, melhorando a autoestima e o envolvimento, assim como impactou positivamente a sua vida diária.

Em suma, no que tange à temática de acesso à literatura aos estudantes com NEE é válida a ampliação de pesquisas na área para abertura de novas propostas e ressonância do tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001.

Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

CANDIDO, A. "O direito à literatura". In: Vários escritos. São Paulo: Duas cidades; Ouro sobre azul, 1995, p. 169-91.

ESTEF, S; REDIG, A. Documento norteador para implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação - PAA: primeiros passos. Ponta Grossa -PR: Atena, 2024.

ESTEF, S. (2018). Concepções docentes sobre a avaliação escolar para alunos com deficiência. Revista Espaço Acadêmico, 205, 23-34

GLAT, R.; MACHADO, K.; BRAUN, P. Inclusão Escolar. 2006. Disponível em: http://www.eduinclusivapesquerj.pro.br/livros_artigos/pdf/anais_pestalozzi.pdf >. Acesso em: 26 set. 2024.

GLAT, Rosana; BLANCO, Lelila de M. Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. ANALFABETISMO ENTRE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2016.

DOI: 10.47249/rba.2015.v1.81. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/81>. Acesso em: 20 out. 2024.

LEAL, S. do R. F., & NASCIMENTO, M. I. M.. (2019). A importância do ato de ler: aproximações e distanciamentos teórico-metodológicos em Paulo Freire . **Pro-posições**, 30, e20180024. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0024>. Acesso em: 01 out. 2024.

MASCARO, C. A. A. de C.; REDIG, A. G.. Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado – PEI para o alfabetramento: primeiros passos. **Ponta Grossa** - PR: Atena, 2024.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: As muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, (25), 5-17, 2004. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002> Acesso em: 01 out. 2024.

ROSS, P. R. Aprendizagem e conhecimento: fundamentos para as práticas inclusivas. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. Especial. • p. 273-299. Jul -dez. 2006